



INSA - Instituto Nacional do Semiárido

Boletim Mensal

Nº 12

Dezembro 2025

ANO XII

..... Institucional INSA/MCTI

INSA/MCTI promoveu Semana de Apresentação e Integração dos novos analistas em C&T



Diretoria e novos servidores do INSA (Victor Lima/Ascom)

Nos dias 16 e 17 de dezembro, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI) promoveu a Semana de Apresentação e Integração dos novos analistas em C&T, programação especialmente pensada para acolher e integrar os treze novos servidores empossados entre os meses de julho e agosto de 2025, aprovados no concurso CNU 2024.

O Diretor do INSA, Etham Barbosa fez uma fala de abertura, com a apresentação do seu projeto de gestão para a Unidade de Pesquisa para os próximos 04 anos. Ele foi seguido pela Coordenadora de Pesquisa Dilma Trovão, que apresentou um panorama dos trabalhos nestes primeiros meses de atuação.

..... INSA/MCTI



Atividades de integração aconteceram no auditório do Instituto (Victor Lima/Ascom)

A Coordenadora de Administração Jacqueline Mendes veio logo depois, apresentando em sua fala as contribuições à instituição ao longo deste ano.

Momento de grande emoção para todos os presentes no auditório do INSA foi a apresentação dos novos colegas analistas, recebidos com aplausos: Amanda Tavares, Djanice Silva, Emmanoel Fernandes, Gessika Cambrainha, Karen Dayse Vieira, Mariana Siqueira, Mateus Kopelman, Matheus Arraes, Moisés Saraiva e Richard Medeiros. Eles falaram um pouco sobre suas experiências e as funções já assumidas na "Casa do Semiárido". Os colegas Caique Silveira, Taissa

Guedes e Vinícius Andrade participaram de forma remota, com vídeos previamente gravados.

A programação ainda contou com momento de diálogo entre a Diretoria e os novos servidores, além das apresentações de todos os setores do INSA, conduzidos por servidores e colaboradores terceirizados.

As áreas de pesquisa foram apresentadas pelos pesquisadores PCI e titulares, com a reunião de todos na confraternização de fim de ano, na Estação Experimental Ignácio Salcedo.

..... Desertificação

INSA/MCTI participou de evento de combate à desertificação organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI) participou, entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2025, do evento “Combate à Desertificação: Resiliência Climática e Prosperidade no Semiárido”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A programação contou com o lançamento do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil 2025-2045), um documento construído colaborativamente por instituições parceiras como o INSA, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O evento aconteceu no Centro de Convenções Israel Pinheiro, no Lago Sul, em Brasília (DF). Além do lançamento do PAB-Brasil, também foram apresentados os resultados do Projeto de Cooperação Internacional “Revertendo o Processo de Desertificação nas Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade” (REDESER), uma iniciativa coordenada pelo Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (DCDE) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), implementado pela Organização das Nações Unidas para



Ações devem beneficiar cerca de 39 milhões de pessoas em mais de 1,6 mil municípios localizados em áreas suscetíveis à desertificação
- Foto: Rogério Cassimiro/MMA

Alimentação e Agricultura (FAO) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Foram discutidos os resultados alcançados, as perspectivas e projetos futuros, com vistas a fortalecer a resiliência climática e a prosperidade dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares das áreas suscetíveis à desertificação no Brasil. O Instituto Nacional do Semiárido foi representado no evento pelo pesquisador da área de Desertificação e Agroecologia, Aldrin Pérez-Marin, também membro do Observatório da Caatinga e Desertificação e da correspondente de ciência e tecnologia do Brasil na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

..... Institucional INSA/MCTI

INSA/MCTI apresentou experiências em agroecologia no semiárido brasileiro em evento internacional no Panamá

As soluções agroecológicas desenvolvidas pela agricultura familiar brasileira estão ganhando o mundo. No dia 01 de dezembro de 2025, o pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI) e Correspondente Científico do Brasil na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), Aldrin Perez Marin, apresentou o trabalho “Agroecologia no Semiárido brasileiro: estratégias inovadoras para regenerar territórios, ecossistemas e renda, fortalecendo resiliência e sustentabilidade climática” na 23ª reunião do Comitê de Exame da Aplicação da Convenção (CRIC 23) da UNCCD. O encontro aconteceu entre os dias 01 e 05 de dezembro de 2025 na Cidade do Panamá, na América Central.

O estudo foi apresentado por Marin no primeiro dia da CRIC 23, no painel Money Meets Resilience: Innovative Investment Pathways for Drought Action, traduzido como “Onde o Dinheiro Encontra a Resiliência: Caminhos Inovadores de Investimento para enfrentar a seca”. O evento reuniu os vencedores da competição de estudos de caso e promoveu uma discussão interativa com especialistas internacionais no financiamento de ações ligadas à gestão da seca.



Após a apresentação dos estudos de caso do Brasil e de Burkina Faso, os integrantes do painel participaram de um debate sobre como análises econômicas e ferramentas como práticas agroecológicas, créditos de carbono e pagamento por serviços ecossistêmicos podem promover a resiliência à seca e o gerenciamento sustentável da terra. A atividade recebeu contribuições de especialistas de várias partes do mundo e estabeleceu um espaço de diálogo e troca de experiências que podem somar forças no combate à desertificação em todo o planeta.

Entre os objetivos da CRIC 23 estão o aprofundamento da compreensão sobre o financiamento da gestão da seca e as principais tendências no assunto, a

..... Institucional INSA/MCTI

elaboração de estratégias para integrar ferramentas de financiamento aos planos e políticas nacionais, o compartilhamento de casos práticos que ajudam a construir resiliência climática e o fortalecimento de um ecossistema de aprendizado e reflexão sobre ferramentas inovadoras de financiamento.

Para Aldrin Pérez Marín, representante do Brasil e do INSA no evento, o reconhecimento de um trabalho desenvolvido no semiárido brasileiro em um espaço global de discussão sobre a resiliência à seca insere o país e, mais especificamente, a região semiárida no rol de soluções relacionadas à sustentabilidade e às respostas à mudança global do clima. O pesquisador destacou ainda o potencial de um evento dessa natureza para conscientizar a comunidade internacional sobre mecanismos de monitoramento ambiental e climático, promover um maior alinhamento entre políticas públicas e estratégias de financiamento e inspirar os atores globais a desenvolver modelos criativos de financiamento para a ação climática.



INSA/MCTI e UFCG promoveram o I Sanear Semiárido e III Seminário Paraibano de Compostagem



Mesa de abertura do I Sanear Semiárido (Victor Lima/Ascom INSA)

Encerrou no dia 04 de dezembro de 2025, no Centro de Eventos Rosa Tânia Barbosa de Menezes, em Campina Grande-PB, o I Sanear Semiárido e III Seminário Paraibano de Compostagem: mitigação para as mudanças climáticas. A programação dupla foi realizada numa parceria entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por meio do Laboratório de Tecnologias Agroambientais (LTA), e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA/MCTI).

A solenidade de abertura contou com a participação do Prof. Joácio Morais, representando a Reitora da UFPB, Terezinha

..... Institucional INSA/MCTI

Domiciano; da Diretora Substituta do INSA/MCTI, Dra. Dilma Trovão; do Prof. Jean Carlo Fachine, que representou a Reitora da UNIFACISA, Gisele Gadelha; Profa. Arlinda Cezar Matos, representando o Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Instituto Venturi; Profa. Luiza Eugênia Cirne, anfitriã do evento; e o senhor Rosam Macau, Presidente da Associação de Catadores de Borborema (PB).

Além destes, o evento contou com participações e contribuições remotas e presenciais de órgãos de controle, representantes do Governo do Estado da Paraíba, produtores rurais, catadores, políticos, empresas, comunidade acadêmica e sociedade civil. Atores que lidam diariamente com os desafios do saneamento e da gestão de resíduos, reunidos para dialogar e trocar experiências com o propósito de difundir práticas de saneamento adaptadas ao semiárido, fortalecendo a compostagem como ferramenta estratégica para reduzir impactos ambientais.

Ao longo de dois dias, as discussões demonstraram como resíduos antes ignorados podem se transformar em insumos valiosos para a agricultura e para o desenvolvimento sustentável dos municípios. Ao final do evento, a organizadora Luiza Cirne se juntou ao Prof. Juraci Suassuna e à Profa. Adriana Vital, para anunciar que o IV Seminário Paraibano de Compostagem será realizado na capital paraibana, João Pessoa.

Além da Dra. Dilma Trovão, participaram da programação o pesquisador colaborador da COPEQ, Dr. Valdemir Brito; e os pesquisadores bolsistas Daniela Batista, Gabriela Negromonte, Lindamara Costa, Mateus Mayer, Renato Lima, Whelton Brito e Rodrigo Barbosa, que apresentaram a palestra “Tecnologia SARA: inovação e sustentabilidade no saneamento rural”. Também participaram os pesquisadores José Mariano da Silva Neto e Marcílio Máximo da Silva, que integram a equipe de implantação do Centro de Tecnologia em Energias Renováveis do Semiárido (CTERSA).



Registros da programação na UFCG (Victor Lima/Ascom INSA)

..... Institucional INSA/MCTI

Lições da Nova Geopolítica da Terra: Reflexões a partir da CRIC-23 no Panamá

Por Aldrin M. Pérez-Marín

Instituto Nacional do Semiárido – INSA/MCTI

Panamá recebeu, entre 1º e 5 de dezembro de 2025, mais do que especialistas. Recebeu uma disputa silenciosa — e estratégica — sobre quem vai ajudar a definir o futuro da governança global da terra. A CRIC 23, embora oficialmente “não-negociadora”, mostrou que quem falar agora terá mais chances de liderar depois. E, nessa arena, o Brasil não pode entrar em silêncio.

A reunião revelou novos rumos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). Rumos que tocam diretamente a vida, a economia e a produção de conhecimento de quem vive nas terras secas do mundo, de quem estuda a Caatinga e o Semiárido, de quem produz no chão seco e de quem toma decisões políticas para garantir que esse território continue vivo — e esperançoso.

Este texto traz um olhar crítico, comprometido e propositivo sobre os movimentos que estão redesenhando o papel dos países na agenda global da terra e, sobretudo, sobre o que o Brasil e um instituto criado pelo presidente Lula para pensar criticamente o desenvolvimento sustentável do Semiárido — o INSA — precisam fazer para



Aldrin Pérez (INSA) e Alexandre Pires (MMA) na CRIC-23
(Divulgação/INSA)

ocupar, com legitimidade, o lugar que já construíram ao longo de seus anos de existência.

O jogo começou antes da COP 17 da Mongólia — e a Caatinga e o Semiárido estão em disputa

Embora as Partes já soubessem que a UNCCD iniciaria os trabalhos rumo ao Marco Estratégico Pós-2030, o que se observou na CRIC 23 foi um movimento claro de antecipação política. A reunião, mesmo não-negociadora, funcionou como um espaço de ensaio e alinhamento, no qual países, blocos regionais e coalizões começaram a testar posições, influenciar narrativas e preparar terreno para as decisões formais da COP 17. As discussões que deveriam ganhar corpo apenas na Mongólia começaram a ser moldadas ali, nos corredores, nos grupos

..... Institucional INSA/MCTI

técnicos e nas mesas temáticas — e quem não entrar agora corre o risco de chegar atrasado ao debate.

É nesse contexto que o Brasil precisa estar atento. Garantir a presença explícita dos biomas secos tropicais é fundamental, pois, sem isso, a Caatinga — maior floresta tropical seca das Américas — e o Semiárido brasileiro podem voltar a ficar invisíveis nas grandes sínteses globais sobre desertificação, degradação e restauração. Esse risco não deriva da falta de ciência na região, que é robusta e reconhecida, mas de como o conhecimento é incorporado (ou não incorporado) nos processos diplomáticos e nos documentos de referência da Convenção.

A invisibilidade nasce da forma como as narrativas internacionais são construídas: muitas vezes baseadas em ecossistemas áridos considerados centrais — Sahel, Norte da África, Ásia Central — e por redes científicas que historicamente tiveram maior acesso às instâncias globais. Quando o Brasil não ocupa de forma ativa os espaços onde indicadores, prioridades e metodologias são debatidos, o Semiárido tende a aparecer diluído em categorias amplas, como “América Latina e Caribe”, perdendo singularidade e, com isso, relevância política.

Não é falta de produção científica, portanto, mas falta de tradução geopolítica dessa ciência. Sem presença estratégica, o conhecimento produzido no Semiárido entra como dado técnico — e não como narrativa

estruturante. Isso reduz nossa capacidade de influenciar decisões, metodologias de monitoramento, critérios de financiamento e prioridades da agenda internacional.

Por isso, o que está em disputa não é apenas reconhecimento acadêmico, mas o lugar do Semiárido brasileiro nas decisões que moldarão o futuro da UNCCD até 2040. E esse lugar precisa ser ocupado agora, enquanto o Marco Pós-2030 ainda está sendo desenhado.

Neutralidade em Degradação de Terras: de conceito a critério estratégico da diplomacia ambiental

Na CRIC 23, a Neutralidade em Degradação de Terras (NDT) deixou definitivamente de ser um compromisso voluntário no papel e passou a operar como um critério estratégico da diplomacia ambiental, central para acessar financiamentos, estabelecer cooperações e fortalecer o reconhecimento internacional dos países. A mensagem foi inequívoca: quem não dispõe de monitoramento sólido perde acesso a recursos; quem não transforma diagnósticos em projetos concretos perde relevância; e instituições que não se organizam internamente perdem capacidade de dialogar em pé de igualdade. É um recado direto aos governos — e também às instituições científicas responsáveis por transformar dados em ação, como o INSA, criado pelo presidente Lula em 2004 justamente para pensar criticamente as terras secas do Brasil.

..... Institucional INSA/MCTI

Nesse novo contexto, o Brasil tem condições reais de se destacar. Iniciativas como o Observatório da Caatinga e da Desertificação, os sistemas estaduais de monitoramento e o avanço no uso de sensoriamento remoto conferem ao país uma base robusta. Mas esse potencial só ganhará expressão diplomática se essas iniciativas forem articuladas, fortalecidas e alinhadas às especificidades socioecológicas do Semiárido. Não basta monitorar: é preciso demonstrar capacidade técnica, institucional e territorial para transformar dados em planos, projetos e soluções ajustadas à realidade local.

É nesse cenário que ganha força a proposta da Sala de Situação do Observatório da Caatinga e da Desertificação no INSA, concebida para ampliar a capacidade do Instituto de integrar monitoramento, análise e comunicação estratégica. Mais do que um ambiente físico, a Sala de Situação pode se configurar como um núcleo de inteligência territorial, reunindo computadores de alto desempenho, telas de visualização e softwares especializados para integrar informações críticas sobre o Semiárido em tempo quase real. Ao articular eixos estruturantes — sociedade/territórios, ambiente/territórios e economia/territórios — a Sala criará conexões entre dados que hoje se encontram dispersos, possibilitando análises, alertas e sínteses que dialogam diretamente com gestores públicos, pesquisadores, comunidades locais e organismos internacionais.

Com isso, o INSA tem a oportunidade de se consolidar como instituição de referência, articulada e estratégica, oferecendo relatórios integrados, indicadores robustos e produtos analíticos que subsidiem políticas públicas e processos internacionais. Regionalmente, a Sala poderá apoiar estados e municípios diante de secas, eventos climáticos extremos, degradação e riscos ambientais.

Nacionalmente, tende a fortalecer a presença do Instituto nos relatórios oficiais do Brasil sobre desertificação, mudanças climáticas e ODS 15.3. Internacionalmente, abre caminho para que o INSA se posicione como um centro qualificado de informações sobre a Caatinga, o Semiárido e as florestas secas tropicais no âmbito da UNCCD.

Essa iniciativa se alinha a um movimento mais amplo que avança no país: a articulação da RENDA — Rede Nacional de Desertificação e Aridez, instalada durante o I Simpósio de Combate à Desertificação na UFPE. A RENDA simboliza uma rede que se entrelaça e se fortalece — como as redes nordestinas, tecidas com paciência, arte e firmeza. Ela integra observatórios, universidades, órgãos públicos, organizações sociais e comunidades, conectando saberes, harmonizando metodologias e fortalecendo respostas coletivas à desertificação e à aridez no Brasil.

A RENDA não se limita a compartilhar dados: ela estrutura um ecossistema colaborativo que transforma informação em política,

..... Institucional INSA/MCTI

ciência em estratégia e cooperação em impacto real. Em um momento em que a NDT se converteu em parâmetro de negociação internacional, a articulação entre a Sala de Situação e a RENDA amplia a capacidade do INSA de influenciar agendas, propor soluções e construir políticas baseadas em conhecimento sólido e alinhadas às necessidades da região.

Nesse momento em que a NDT se converte em critério estratégico da diplomacia ambiental, a articulação entre a Sala de Situação e a RENDA amplia de forma significativa a capacidade do INSA de influenciar agendas, propor soluções e produzir respostas alinhadas às necessidades da região e às exigências da governança internacional.

A criação desses espaços representa uma oportunidade histórica para o Semiárido e para o Brasil: a chance de transformar ciência em ação, território em estratégia e o INSA em protagonista qualificado de uma nova fase da governança global da terra.

Tempestades de poeira: o novo eixo da Convenção

Um dos movimentos mais marcantes da CRIC 23 foi a ampliação do debate sobre tempestades de poeira e de areia, que passaram a ocupar espaço central na programação da Convenção. Fenômenos historicamente associados à Ásia e ao Norte

da África agora integram, de forma estruturada, a agenda global da UNCCD, sinalizando que esse tema tende a orientar pesquisas, financiamentos e prioridades geopolíticas nos próximos anos.

Essa mudança pode gerar interpretações equivocadas sobre as vulnerabilidades brasileiras. Quando um fenômeno se torna central na narrativa internacional, cria-se a tendência de generalizar riscos para todas as regiões classificadas como “terras secas”, independentemente de suas particularidades ecológicas. No caso do Brasil, isso pode levar à percepção — incorreta — de que o Semiárido apresenta padrões de exposição semelhantes aos de regiões afetadas por desertos clássicos ou por processos intensos de tempestades de poeira, como o Sahel, o norte da China ou o Oriente Médio.

Além disso, estudos internacionais que utilizam imagens de satélite ou modelos globais podem interpretar sinais temporários de solo exposto, queimadas ou perda de vegetação na Caatinga como evidências de risco extremo de poeira atmosférica, sem considerar a dinâmica ecológica e sazonal própria do bioma. Essa leitura descontextualizada pode influenciar relatórios, indicadores e até decisões de alocação de recursos, criando distorções políticas indesejadas.

Por isso, a presença do Brasil nessa agenda é fundamental. O Semiárido brasileiro possui

..... Institucional INSA/MCTI

eventos localizados de poeira, especialmente em áreas degradadas ou sob uso inadequado do solo, mas não apresenta padrões comparáveis ao cinturão global das grandes tempestades de poeira. Sem participação ativa nos debates, há o risco de que a realidade brasileira seja interpretada por modelos genéricos, que não captam a complexidade territorial do Nordeste e podem gerar rótulos inadequados.

Nesse cenário, o INSA tem papel estratégico. Com sua expertise em seca, solos, sensoriamento remoto e monitoramento da degradação, o Instituto pode oferecer análises contextualizadas, qualificar interpretações, corrigir equívocos metodológicos e garantir que a imagem do Semiárido seja construída com base em evidências. Cabe ao INSA mostrar, com ciência, que a poeira no Brasil é mais resultado de práticas locais de uso do solo do que de processos atmosféricos de larga escala.

Ao ocupar esse espaço, o Brasil protege sua narrativa territorial, evita interpretações distorcidas e contribui para que a UNCCD compreenda o Semiárido não a partir de comparações indevidas, mas pela singularidade de seus processos e soluções.

Terra como eixo de governança: tenência e justiça territorial

A UNCCD começa a tratar a terra não apenas como recurso natural, mas como pilar de

governança. Isso significa incorporar indicadores de posse, gestão comunitária e segurança jurídica na avaliação de impactos.

Para o Semiárido, essa agenda é particularmente sensível. Estamos falando de territórios indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentamentos rurais e diversos arranjos fundiários convivendo no mesmo mosaico.

É preciso garantir que soluções globais não passem por cima dessa complexidade. O Brasil deve defender abordagens contextualizadas — e não simplesmente importar modelos externos de regularização e governança que podem conflitar com nossas políticas e legislações.

Capacitação como poder: onde o INSA pode virar referência continental se nos movimentamos inteligentemente

A Convenção deu destaque especial à formação de capacidades, criando uma oportunidade rara: a criação de hubs regionais de capacitação e centros de excelência.

É hora de o Brasil pleitear, com firmeza, o reconhecimento formal do INSA como centro de excelência do Semiárido das Américas em temas como seca, manejo sustentável da terra, restauração e monitoramento.

Esse reconhecimento pode atrair:

- investimentos,

..... Institucional INSA/MCTI

- parcerias internacionais,
- intercâmbios científicos,
- e maior protagonismo diplomático.

Capacitar também é fazer política — e a UNCCD sabe disso. Quem formar quadros técnicos, lideranças e gestores será ouvido com mais atenção.

Ciência e política: o GLO 3 como campo de disputa

A CRIC 23 mostrou que o novo relatório *Perspectiva Global da Terra 3 (GLO 3)* será mais político do que técnico. Ele tende a trazer recomendações normativas e a orientar políticas públicas em escala global.

Há um risco real: se não atuarmos articuladamente, a Caatinga e o Semiárido serão novamente sub-representados. Biomas com menos publicações internacionais, como os ecossistemas tropicais secos, costumam aparecer pouco nos grandes diagnósticos.

Precisamos garantir que nossa produção científica — robusta, embora muitas vezes invisibilizada — esteja incluída. A UNCCD está redesenhando o futuro da ciência que molda políticas globais. Ou o Brasil participa, ou assiste.

Colocar que esta iniciativa pode ganhar densidade com o convênio com a China sobre maquinária agrícola para agricultura familiar.

Gênero como diplomacia: vozes que não podem faltar

A Assembleia de Gênero não foi evento paralelo. Foi estratégia diplomática. Dela emergiu uma narrativa poderosa: gênero + liderança indígena + governança territorial. Essa combinação está ganhando espaço na diplomacia ambiental e influenciando decisões centrais da Convenção.

O Semiárido tem histórias reais e inspiradoras de mulheres rurais, quebradeiras de coco, guardiãs de sementes, agricultoras experimentadoras, lideranças comunitárias. Essas experiências precisam aparecer no debate global — não como exceção folclórica, mas como referência concreta de resistência, inovação e cuidado com a terra.

A nova geopolítica da terra — em 10 linhas diretas

A CRIC 23 deixou claro:

- 1.A NDT virou critério de financiamento — não apenas discurso.
- 2.A UNCCD evolui para uma convenção de governança da terra.
- 3.Quem não tiver dados espaciais de qualidade ficará para trás.
- 4.Diagnóstico sem projeto não vale mais nada.
- 5.Políticas fragmentadas serão penalizadas politicamente.
- 6.Fundos públicos serão insuficientes: vem aí a financeirização da restauração.

..... Institucional INSA/MCTI

- 7.A Caatinga entrou no radar global — oportunidade e escrutínio.
- 8.A restauração terá padrões obrigatórios e métricas de carbono.
- 9.A UNCCD quer governos que assumam a agenda — não apenas relatórios soltos.
- 10.Quem liderar agora moldará o Marco Estratégico até 2040.

A CRIC 23 mostrou que a UNCCD está deixando de ser uma convenção sobre desertificação para se tornar uma convenção de governança da terra. E o Brasil, com sua história de liderança e sua capacidade científica —tem todas as condições de influenciar os rumos dessa agenda. Mas isso depende de presença, narrativa e decisão política. Porque, no fim das contas, na diplomacia ambiental vale a regra simples que a CRIC 23 escancarou: quem fala agora lidera depois — e quem liderar na COP 17 ajudará a desenhar o futuro da UNCCD até 2040.

E o Brasil? E o INSA? E nós?

A CRIC 23 foi um sinal.

Um aviso.

E também uma chance.

Para o Brasil, é momento de re-posicionar sua voz.

Para o Semiárido, é momento de transformar reconhecimento em política pública concreta.

Para o INSA, é momento de assumir seu papel de casa do Semiárido brasileiro — um lugar que articula ciência, território e diplomacia ambiental.

Quem fala agora lidera depois.

E o Brasil tem muito a dizer.

Sobre o CRIC da UNCCD

O *Committee for the Review of the Implementation of the Convention* (CRIC) é um dos principais órgãos subsidiários da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). Reunindo periodicamente países signatários, especialistas e representantes da sociedade civil, o CRIC funciona como espaço estratégico para avaliar o progresso global no enfrentamento da desertificação, degradação do solo e impactos da seca. Durante o encontro, são apresentados relatórios nacionais, discutidos indicadores de monitoramento e analisadas boas práticas que orientam a implementação da Convenção. O CRIC também promove o alinhamento das políticas nacionais às metas de Neutralidade na Degradação do Solo (LDN), fortalecendo a cooperação internacional e apoiando os países na construção de respostas eficazes e baseadas em evidências para a sustentabilidade dos territórios áridos, semiáridos e subúmidos secos.

..... Institucional INSA/MCTI

Saneamento ambiental e gestão de resíduos foram temas de eventos organizados conjuntamente pelo INSA e a UFCG

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) promoveu, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), dois eventos voltados para o debate sobre o tratamento de resíduos e algumas estratégias de saneamento adaptadas ao semiárido brasileiro. O I Sanear Semiárido e o III Seminário Paraibano de Compostagem, ocorreram nos dias 03 e 04 de dezembro de 2025 no auditório de extensão Rosa Tânia, na sede da UFCG.

Com o tema “Mitigação para as mudanças climáticas”, os eventos dialogaram com a discussão global sobre a emergência climática e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS), que buscam soluções que articulem o tripé crescimento econômico, conservação da biodiversidade e justiça socioambiental. A programação contou com a presença de órgãos de controle, gestores municipais e estaduais, produtores rurais, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, setor empresarial, comunidade científica, sociedade civil e diversos atores

que lidam com os desafios da gestão de resíduos e o saneamento ambiental a partir de diferentes abordagens.

Os dois eventos foram realizados pelo Laboratório de Tecnologias Ambientais (LTA) da UFCG e pela Coordenação de Pesquisa do INSA, buscaram estabelecer um espaço de discussão e troca de ideias acerca de iniciativas de saneamento e de projetos de compostagem eficazes e de baixo custo que sejam capazes de reduzir impactos ambientais e demonstrar como resíduos tradicionalmente “perdidos” podem ser reutilizados para produzir insumos valiosos para a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos municípios da região semiárida.

O INSA apoia esse tipo de iniciativa e estimula o engajamento de todos os agentes envolvidos na busca de alternativas para esses desafios”, reforçou a Coordenadora de Pesquisa do INSA, Dra Dilma Trovão.



Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretária indicada de Políticas e Programas Estratégicos

Márcia Barbosa

Secretário indicado de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social

Inácio Arruda

Diretor do Instituto Nacional do Semiárido (INSA)

José Etham de Lucena Barbosa

Jornalista responsável

Fernanda Lima

Editorial

Amanda Tavares de Melo

Felipe Brito

Fernanda Moura

Iury Sarmento

Victor Lima

Projeto gráfico

Heloise Monteiro